

CIBERCULTURA QUEER: A AUTORIA LGBTQI+ NO DIGITAL EM REDE

Fábio dos Santos Coradini
*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro*
Membro do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura.
fabiocoradinic@gmail.com

Simpósio Temático nº 29 – Pedagogias

Queer: Desestabilizações, Desconstruções e a Produção de Conhecimentos Dissidentes.

RESUMO

O presente trabalho busca analisar como as autorias e narrativas queer de existência e luta da comunidade LGBTQI+ estão sendo construídas nas redes, compreendendo esse movimento como um fenômeno da cibercultura, entendendo essas ações como uma manifestação política, social e científica na cultura digital. Baseando-se nas transformações da cultura de acesso ao digital em rede, torna-se possível acerca dos impactos sociais compreender o quanto estar conectado tornou-se uma forma de evidenciar e legitimar os papéis sociais dos corpos LGBT. Trata-se então de um estudo baseado na metodologia ciberpesquisa-formação, em que a observação se construirá na interface cidade-ciberespaço. Essa rede rizomática e colaborativa será mapeada para que justamente possamos entender como essas autorias se constroem perante os atos digitais de existência. Ao nos apropriarmos do termo autoria, nos deslocamos para outras esferas que diretamente são impactadas por essa autorização, principalmente pela existência das vozes digitais. Autoria, autorização, autorizar-se, são atos de transformação e persistência, principalmente quando muitos destes atos são silenciados pelas cisgeneridade, branquitude e normatividade heterossexual. Destas autorizações, os corpos LGBT se apropriam das suas construções de conteúdos críticos, científicos e de formação social-política. Portanto, através deste estudo desejamos avançar na quebra do elemento segregador com a comunidade acadêmica científica e a universidade, buscando polarizar os espaços com estes corpos que não podem mais serem utilizados nos diversos TCCs, Dissertações e Teses apenas a partir das suas vivências, mas sim a partir das suas obras, dos seus conteúdos e principalmente de suas autorias.

Palavras-chave: LGBTQI+, Cibercultura, Ciberespaço, Autoria, Ciberpesquisa-formação.

ABSTRAT

This paper seeks to analyze how the authorships and queer narratives of the existence and struggle of the LGBTQI+ community are being built on the networks, understanding this movement as a cyberculture phenomenon, understanding these

actions as a political, social and scientific manifestation in digital culture. Based on the transformations in the culture of access to the digital network, it is possible to understand how being connected has become a way of highlighting and legitimizing the social roles of LGBT bodies about social impacts. It is therefore a study based on the cyber-research-training methodology, in which observation will be built at the city-cyberspace interface. This rhizomatic and collaborative network will be mapped so that we can precisely understand how these authorships are constructed in the face of digital acts of existence. By appropriating the term authorship, we move to other spheres that are directly impacted by this authorization, mainly by the existence of digital voices. Authorship, authorization, authorization are acts of transformation and persistence, especially when many of these acts are silenced by cisgenderness, whiteness and heterosexual normativity. From these authorizations, LGBT bodies appropriate their constructions of critical, scientific and social-political formation content. Therefore, through this study, we want to advance in breaking the segregating element with the scientific academic community and the university, seeking to polarize the spaces with these bodies that can no longer be used in the various TCCs, Dissertations and Theses only from their experiences, but rather from their works, their contents and mainly their authorship.

Keywords: LGBTQI+, Cyberculture, Cyberspace, Authorship, Cyberresearch-training.

*Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino
(PEPEU GOMES, Masculino e Feminino, 1983)*

INTRODUÇÃO

Historicamente posicionado, o cronos de 20 anos atrás, se apresenta através de uma comunidade GLS, termo acrônimo de “gays, lésbicas e simpatizantes”, expressão frequentemente utilizada para definir os espaços, serviços e produtos destinados ao público homossexual, em um estado de arte fora do contexto digital. Neste momento da história a internet ainda era instrumento para acadêmicos, informatas e indivíduos de órgão governamentais, militares. O contato com determinados conteúdos e autorias era realizado por meio impresso e/ou televisivo, o que cabe destacar que era uma época em que as revistas voltadas para os GLS era algo caro, de acesso adulto e em sua grande parte pornográfica. Recordo-me perfeitamente do desejo que eu tinha em acessar uma das bancas mais pornográficas no Centro do Rio de Janeiro, localizada na Avenida Rio Branco, esquina com a Avenida Presidente Vargas, espaço conhecido unicamente por fornecer revistas e outros conteúdos impressos ao público GLS.

Não estarei aqui construindo um caminho histórico sobre a evolução da internet no Brasil e como ela diretamente impactou as estruturas de acesso, mas me basta apenas relatar um tempo cronos importante para avançarmos nas questões sobre as autorias em rede. O constructo inicial se faz necessário para que possamos nos localizar no caminho do digital na vida da sociedade, literalmente do impresso ao digitalizado.

A tecnologia está em toda parte, reconfigurando as relações pessoais, comerciais, os processos de socialização, de ensino, de aprendizagem, as concepções de mundo, de tempo, de espaço. A complexidade, a velocidade e a pluralidade de informações redefinem os papéis dos profissionais envolvidos na educação e potencializam a colaboração, o diálogo e a coaprendizagem em rede, trazendo inquietações e desafios significativos a todos os sujeitos sociais inseridos nessa inegável realidade histórica. (BRUNO, 2012, p. 139)

De acordo com os dados de pesquisa realizada pelo Datafolha em parceria com a Folha Online e com o iBest¹, no ano de 2001 o Brasil possuía 23 milhões de conectados (menos de 19% da população), em contraponto a estas estatísticas, no ano de 2019, a pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br)², vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, constatou que três em cada quatro brasileiros acessam a internet, o que equivale a 134 milhões de pessoas, porém reafirma-se neste quadro de dados o que foi posto por Pretto e Pinto (2006, p. 20) “apesar desses dados indicarem um crescimento do acesso e, principalmente, um aumento da presença dessas classes na Internet”, ainda percebemos a manutenção de uma lógica que privilegia sempre favorecidos pelo sistema econômico.

Vejamos ainda que de acordo com a pesquisa Cetic.br, em relação aos dispositivos, os smartphones e outros aparelhos móveis são os aparelhos mais comuns para se conectar (99%), seguidos dos computadores (42%), das TVs (37%) e dos videogames (9%). A alternativa por televisores cresceu 7% de 2018 para 2019, mostrando um novo recurso para a conexão. Percebe-se a partir destes dados que os movimentos associados estão realizados dentro do ciberespaço trazem para a cena

¹ Segundo o Datafolha, a pesquisa foi realizada nos dias 23, 24 e 27 de agosto de 2001. Foram ouvidas 11.201 pessoas, com mais de 14 anos, de 137 municípios do país. A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos, dentro de um intervalo de confiança de 95%. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/2001-ibrands-pesquisa.shtml>. Acesso em: 2 de abril de 2021.

² Pesquisa disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa>. Acesso em: 2 de abril de 2021.

contemporânea importantes reflexões sobre o local dessas expectativas de conexões, apontando para novas possibilidades de contato, utilização, movimentação ubíqua, navegação, colaboração, cooperação, interação, frente as ferramentas disponíveis para o desenvolvimento de manipulação das redes, vivenciando assim a cibercultura.

Entre o digital, a autoria e a comunidade LGBTQI+, no que cabe a condução teórica científica deste constructo de pesquisa, iremos nos basear como perspectiva teórico-metodológica nos estudos de Judith Butler a partir da Teoria *Queer*, os estudos foucaultianos e pós-estruturalistas, assim como as questões que envolvem corpo e gênero estudados há décadas por Guacira Lopes Louro. Compreendendo a cibercultura como uma cultura contemporânea, destacamos a importância de incluir nesta construção investigativa a Teoria da Performatividade de Gênero, estabelecida por Judith Butler, pois se trata de um caso de inadequação da liberdade de gênero. Segundo a filósofa não se propõe aqui uma diferenciação entre os sexos, mas a atenção às pessoas que sofrem ou não querem simplesmente se adequar as expectativas que a sociedade atribui ao gênero.

Na fundamentação da cibercultura, os estudos e leituras estarão pautados nos estudos e pesquisas de Pierre Lévy, Edmea Santos, André Lemos, Nelson Pretto, Lucia Santaella e tantos outros importantes autores e pesquisadores que se fizerem necessários promover o diálogo com o texto e a pesquisa. No campo prático-metodológico estaremos pautados nas ideias de Michel de Certeau e sua aplicação na área de pesquisas dos cotidianos, assim como nas formulações teóricas e praticantes da professora Nilda Alves, pesquisadora, militante, nome incontornável no cenário intelectual e político da educação no Brasil. Suas contribuições ao pensamento educacional se inscrevem em sua incansável luta pela escola pública e pelas professoras, formando uma obra plural e em redes que continuam a ser tecidas nos campos da formação de professores, do currículo, da pesquisa em educação e *nos/dos/com* os cotidianos. Nesta relação com o cotidiano, também iremos navegar sobre a escrita de Jorge Larrosa nas questões que envolvem experiência e sentido.

Estes teóricos perpassam os diversos vieses determinantes do caminhar nesta pesquisa, remontam conceitos silenciados, apresentam sujeitos como potencializadores da construção, compreendem cotidiano e os integram a vivências de um digital em rede cada vez mais presente na sociedade. Neste sentido, compreendemos assim que todas as temáticas antes discutidas no material impresso, se transportaram para o espaço digital, local que se tornou palco para controvérsias entre o bem o mal, pois grande parte da

massa navegante necessita de maturidade de acesso, porém proporcionou a muitos a apropriação do lugar de fala, da existência, do pertencimento e do posicionamento. Dentre essas questões que norteiam a inexistência social de alguns grupos, destacamos nesta pesquisa o direcionamento para o gênero e todas as suas performatividades.

Perante estas relações de construção da história do gênero e da cibercultura que iremos traçar um caminho etnográfico entre o real e o virtual, justamente para que possamos entender a partir de qual momento os espaços digitais foram protagonistas na condução de uma nova realidade, estamos falando da necessidade de pertencimento social. O corpus deste trabalho se pauta no olhar para a importância da construção das autorias em rede pelos corpos LGBTQI+, justamente para articularmos a necessidade de termos estas vozes soando nos mais diversos espaços formais e não-formais, acadêmicos, governamentais, públicos. Os corpos não podem mais serem negligenciados e funcionarem para a ciência como meros objetos de estudos ou cobaias queers, testadas e homologadas em textos científicos que irão navegar pelas redes com autorias outras. Para compreender a importância deste movimento, precisamos dialogar com conceitos fundantes das questões que envolvem gênero e sexualidade.

Assim, analisando esse movimento histórico, Scott (1995) nos lembra que definir gênero, contudo, é muito mais complexo do que seguir padrões biológicos, uma vez que os fatores que presidem a adesão ao feminino ou ao masculino são subjetivos, múltiplos e complexos. Assim, a identidade de gênero não está diretamente relacionada à estrutura física. Ela se torna uma moldura mediada pelas convivências experimentadas, individuais, subjetivos e em um coletivo social.

Em conexão a estes corpos e o digital, nos apropriamos em entender que a essa redefinição de ser humano, se estabelece em uma linha de acronia e atopia, conforme afirma Chauí (2017), ou seja, a tecnologia, segundo ela, reduz o espaço ao “ponto” – atopia – e o tempo ao “instante” – acronia, o que gera crises justamente por sermos “seres temporais e espaciais”. Neste sentido Chauí (2017) afirma que atopia e acronia são formas de existências. Essa existência entre o real e o virtual, se perpetua para o ciberespaço, local onde o usuário poderá deixar suas visões, opiniões e imagens do mundo.

A presença diária da tecnologia na vida das pessoas vem ocasionando mudanças comportamentais, culturais e nos hábitos de vida das pessoas. Os movimentos da atopia e acronia tornaram-se naturais nos processos internos que organizam a sociedade e as

informações passaram a ser mais velozes e imediatas e o conhecimento começou a ser a grande peça-chave para o sucesso na nova sociedade informacional. Vale ressaltar, que o ser humano é temporal e espacial, pois somos o centro da experimentação.

Nesta relação entre a cibercultura e o ciberespaço, as discussões e narrativas construídas sobre as relações de gênero e tudo o que se entende em torno desta temática, disponibilizaram em rede a democracia da comunicação, aonde seres repletos de repertórios de vivências puderam expressar as suas demandas, anseios, perturbações, militâncias, análises, enfim, a rede permitiu que as vozes ciberculturais fossem reconhecidas como instrumentos de empoderamento e que segundo Lemos (2008) isso acontece através da liberação do polo de emissão, onde novas formas de relacionamento social, de disponibilização da informação e articulação da rede são construídas e assim reconfiguram a paisagem comunicacional do digital.

Portanto este trabalho visa percorrer um caminho capaz de dialogar com as expressões de gênero como um fenômeno emergente da cibercultura, percebendo-a cada vez mais presente na sociedade e nas mais diversas formas midiáticas, abrangendo um discurso capaz de sustentar as suas peculiaridades na rede, o seu processo de construção e os personagens que tornam as narrativas de gênero mais próximas, informativas e acessíveis a qualquer indivíduo.

DESENVOLVIMENTO

“Nasci menino, nasci menina” e quem define esse nascimento é a sociedade e o tempo ao qual estamos inseridos, olhamos assim para o órgão genital para sermos enquadrados como homem ou mulher. Butler (2015) afirma que a cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. No ano de 1990, o livro “Problemas de Gênero”, da filósofa pós-estruturalista Judith Butler provocou euforia e protagonizou a concepção teórica de uma nova teoria denominada “Teoria *Queer*”, além de ocasionar cientificamente um corte epistemológico nas questões de gênero perante a sociedade tradicional. De acordo com Figueiredo (2018) ao questionar a distinção sexo/gênero e ao problematizar a razão de o sujeito do feminismo ser “as mulheres”, Butler apontava para a chamada “heterossexualidade compulsória” imposta pelas instâncias reguladoras do poder, ou seja, pelo discurso hegemônico.

Butler (2010) afirma que a sociedade deveria se posicionar perante a construção variável da identidade, e que isso não incluiria apenas as lésbicas, mas também transexuais e os intersexuais. Temos aqui a concepção construtiva de todas as identidades. De acordo com a autora, não é possível que exista apenas uma identidade: ela deveria ser pensando no plural e não no singular.

Então, o que significa ser homem, ou ser mulher?

Ser homem ou mulher está longe de ser uma simples inclinação natural baseada em diferentes anatomias sexuais. É, na verdade, uma forma possível de se relacionar com o mundo, associada a modelos socialmente construídos e sancionados (DE LAURETTIS, 1994). Quando nos direcionamos para este questionamento, começamos a desmistificar o aspecto desta questão. O vídeo “Gênero e Natureza”, disponível no canal “Tempero Drag”, acessível no espaço midiático do Youtube, performado pela Drag Queen Rita Von Hunty, traz indagações que podemos problematizar a relação de gênero historicamente apresentada (informações verbais):

- *O que significa ser homem no Brasil de 2018?*
- *O que significa ser homem no Japão feudal do ano de 1500?*
- *O que significa ser homem de um aborígine australiano do ano 400 a.C?*

Esses questionamentos nos remetem a distintas civilizações e recortes tempo-espaciais, onde ser homem se apresenta em constantes mudanças socioculturais. De acordo com Hancock (2018) na corte de Luís XIV havia poucas coisas tão importantes quanto ostentar saltos vermelhos, assim como no Egito antigo onde os homens usavam perucas, maquiagem, saias e túnicas.

A historicidade desta pesquisa, nos permitirá entender a trajetória dos diálogos e narrativas entre os sujeitos e dispositivos da pesquisa, com a construção teórico científica dos autores referenciados. Dessa forma, e com o propósito de estabelecer uma relação prática vivenciada com a pesquisa, este anteprojeto buscará dialogar com os autores referenciados permitindo e estando aberto para quaisquer mudanças no transcórre do processo investigativo, ajustes, redefinições, reprogramações e novos direcionamentos teóricos.

Neste aspecto e compreendendo a importância da pesquisa-formação articulada ao contexto humano, Santos (2019) afirma que ao conceber o processo de ensinar e pesquisar a partir do compartilhamento de narrativas, imagens, sentidos e dilemas de docentes e pesquisadores pela mediação das interfaces digitais concebidas como dispositivos de

pesquisa-formação, notoriamente nos deparamos com um grupo-sujeito que aprende enquanto ensina e pesquisa e pesquisa e ensina enquanto aprende. O sujeito na pesquisa-formação é o ser humano de tem voz. “A linguagem não é utilizada como “meio”. É reconhecida como matéria-prima”. (ARDOINO, 2003, p. 93).

Visando compreender que a autoria da comunidade LGBTQI+ é um importante fenômeno da cibercultura, mapeando um percurso que se constrói através das narrativas de vida e ao mesmo tempo da necessidade de se fazer pertencer a um espaço complexo e excludente denominado sociedade, este estudo se perfaz nas problemáticas e ocultações dos discursos de gênero presentes nas mais variadas interfaces digitais disponível no ciberespaço. Para além da compreensão da autoria em rede, Santos (2019) definiu cibercultura como:

A cibercultura é compreendida como cultura contemporânea, na qual a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos se dão na interface cidade-ciberespaço, emergindo assim novos arranjos espacotemporais e, com eles, novas práticas educativas e de formação (SANTOS, 2019, p. 20)

Partimos assim de diversos questionamentos: aonde iremos encontrar esses sujeitos? quais as suas experiências? o que entendem de cibercultura? por que falam de gênero? são militantes ou apenas interessados em dialogar com as temáticas? como são construídas as narrativas de gênero em rede? qual público realmente desejamos alcançar? existem estratégias que relacionam a prática nas redes com as práticas sociais? qual a relação entre a pesquisa, a formação e a cibercultura? a relação das narrativas de gênero se direcionam para o ativismo ou militância? qual a importância do ativismo em rede?

A cibercultura funciona como um abre alas para as autorias no digital, permitindo que os indivíduos possam performatizar nas mais diferentes direções, apresentando-se no palco da sua comunidade, abrindo espaço para novas ondas online e estabelecendo fortes conexões entre ser, viver e resistir. As pessoas LGBTQI+ representam e se apresentam na rede através do seu ativismo, das suas narrativas e da sua existência. Para Josso (2004) os objetivos das narrativas de vida são se constroem a partir do sujeito aprendente, aspectos centrais das histórias de vida e sua definição como metodologia de investigação e formação e o conjunto de experiências e propostas que atualizam estas abordagens na concepção de dispositivos de formação.

De acordo com Larrosa (2002, p. 19) o que vou lhes propor aqui é que exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, “pensar a educação a partir

do binômio *experiência/sentido*”. Larrosa (2002, p. 21) afirma que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, enquanto o sentido ou sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. De certa forma, o sentido nos estabelece em uma ligação direta com o modo como nos posicionamos diante de nós mesmos, diante dos outros e do espaço em que atuamos.

A pesquisa na cibercultura requer aprofundamento nas práticas dos envolvidos. Santos (2019, p. 20) afirma que os “sujeitos de pesquisa não são meros informantes, são praticantes culturais que produzem culturas, saberes e conhecimento no contexto da pesquisa”. A estas narrativas de vida, chamamos de vozes digitais. Também conhecidas como brados, falas, palavras, rumores, barulhos, berros, boatos, clamores, conselhos, as vozes em conjunto de constituem em representatividade. Neste ciberespaço do “vogue”, a dança marcada por poses e caras e bocas é online, digital e virtual, pois se constitui como um movimento de reafirmação de identidade de gêneros e suas sexualidades.

Compreender o ciberespaço e sua relação com o gênero, nos propicia entender quem são os corpos que se apresentam para a cocriação desses diálogos que são capazes de promover mudanças sociais. Através destas expressões no ciberespaço, que também pode ser chamado de “rede” (LEVY, 1999, p. 14). Para entender o fenômeno dos diálogos de gênero e suas performatividades na cibercultura, nos permitirá compreender as narrativas construídas a partir das vivências experimentadas e praticadas no cotidiano, assim como os personagens de sua constituição. Para além do digital, as práticas são vivenciadas e espelhadas em uma ótica no ciberespaço, fundamentada por importantes questões, como a sua propagação em rede. Estas histórias precisam ser catalogadas, registradas e etnógrafadas.

De acordo com Stephens (1992), narrar a constitui-se a partir da imbricação de três componentes: a história – abrange as personagens envolvidas em determinados acontecimentos, num espaço e tempo determinados e possibilita uma primeira interpretação do que é contado; o discurso – forma específica como qualquer história é apresentada e significação – uma interpretação de segundo nível que o ouvinte/leitor/espectador obtém a partir do inter-relacionamento da história e do respectivo discurso.

Pela história a autoria se torna vida, pelo discurso se apresenta como elemento político de resistência e como significação alimenta os espaços de opressão em busca de minimizar impactos distorcidos pelo patriarcado masculino e cis-normativo. Nesse campo de possibilidades, a cibercultura segundo Santos (2009), vem promovendo novas

possibilidades de socialização e aprendizagens mediadas pelo ciberespaço e, no caso específico da educação, pelas interfaces digitais de aprendizagem. Ainda, de acordo com a autora “o ciberespaço é muito mais que um meio de comunicação ou mídia. Ele reúne, integra e redimensiona uma infinidade de mídias [..]. A rede é a palavra de ordem do ciberespaço. O gênero construído na cibercultura, se estabelece em um diálogo com os corpos físico e digitais presentes nesta relação, ou seja, de acordo com Louro (2000, p. 6) “os corpos ganham sentido socialmente, e dessa forma, a inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. Louro (2000, p. 7) continua afirmando que com as possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. Em contrapartida, as identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Podemos então pensar de acordo com o que Caminha e Ferreira (2016) afirmam, dizendo que a partir do salto qualitativo da cibernética nas últimas décadas, dito de outro modo, a tecnologia avançada, a realidade virtual e a dinâmica cultural nos colocaram em um estado para além do humano, em um lugar do qual "surge um novo problema filosófico: redefinir o que é ser humano" (COUTO, 2013, p. 175).

Precisamos compreender que se autorizar e ter autorização são duas instâncias distintas, e que precisam ser praticadas a partir do momento em que permitimos nos fazer presente socialmente e politicamente. A redefinição de ser humano para além do digital, esta nas possibilidades da sua experimentação e autorização, conforme afirma Chauí (2017) explicando a proposição entre atopia e acronia como formas de existências. Essa existência entre o real e o virtual, se perpetua para o ciberespaço, local onde o usuário poderá deixar suas visões, opiniões e imagens do mundo.

Martins (2004) afirma que a noção, ou melhor, a abordagem multirreferencial, foi esboçada inicialmente por Jacques Ardoino, professor da Universidade de Vincennes (Paris VIII), e seu grupo de trabalho. Em vários momentos de sua obra, Ardoino assinala que o aparecimento da ideia da abordagem multirreferencial no âmbito das ciências humanas, e especialmente da educação, está diretamente relacionada com o reconhecimento da complexidade e da heterogeneidade que caracterizam as práticas sociais. O reconhecimento da complexidade dessas construções em rede, ser perfazem em prática sociais capazes de promover grandes transformações positivas em relação ao

gênero, lugar em que precisaremos dialogar com as problemáticas que se tornam instrumentos de desserviço à sociedade.

Tal fato se aplica a partir de um olhar que entenda que os sujeitos possuem uma relação íntima com o digital seja ela de empoderamento, aceitação, reconhecimento, compromisso e de luta pela vida. York (2020) inicia a sua dissertação de mestrado “TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação” afirmando que muitas de nós, e este “nós” faz concordância, mais com sentido descritivo de pertencimento. As performances do gênero no palco da cibercultura se fundamenta no pertencimento, ou seja, para existir precisamos pertencer a algum lugar, comunidade, espaço, família, território, e analisando diretamente a realidade de homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais, essa lacuna ainda de perfaz em muitas vidas.

Portanto, ressaltamos que a autoria nasce a partir de uma autorização. Sabe-se que muitas pessoas LGBTQI+ carregam em suas bagagens, histórias que perpassam o abandono, a violência, a invisibilidade de seus corpos e notoriamente a exclusão de sua existência. Para além do local e lugar de fala, o corpo LGBTQI+ vive, se relaciona e se autoriza nos mais diversos espaços que possam permitir a sua forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como corpus constructo a concepção de que para além do local de fala, os corpos LGBTQI+ possuem autorias significantes em rede, capazes de articular ciência com qualquer espaço social. Os fenômenos emergentes da cibercultura, são consequências de atos e ações muitas vezes silenciados pela sociedade e dispersivos pelo interesse político, o que estabelece um lugar de adequação tangenciado por estes corpos, ou seja, as margens da existência.

Ao tratarmos neste breve estudo a importância de se entender que o ciberespaço se conecta a cidade e neste movimento os corpos são existenciais, as vozes são potencializadas para além do sistema de ocultação estabelecido por uma cultura binária, branca, sexista e heteronormativa. Neste espaço e lugar de fala, as pessoas, em suas formas, cores, narrativas e sons performatizam a vida e suas experiências, a vista que o ciberespaço necessita ser habitado, explorado, vivenciado, investigado e acima de tudo compreendido. Através da autoria da comunidade LGBTQI+ as narrativas e vivências

emergem e disputam em uma relação de poder espaço para pertencer e não mais serem invisibilizadas.

Através da cibercultura estas autorias se performatizam nas mais diversas possibilidades da rede, sendo denominadas autorias digitais. Pelas autorias temos acesso as mais diversas ressonâncias da linguística neutra/queer, dos discursos e presenças políticas de corpos eleitos, das escritas científicas dos poucos corpos dentro da universidade, das ONGS, dos coletivos, dos grupos de estudos, entre outros, que juntos cocriam formas possíveis de estabelecer com a sociedade conexões entre ser, viver e resistir.

Para além da tríade ser, viver e resistir, as narrativas destes corpos diariamente impactam a mídia, para o bem como para o mal, tudo isso porque existimos. A estas narrativas chamamos de autorias queer, não no sentido de estranhamento ao que se autoriza, mas na propriedade da semântica de sentidos, ou seja, estas vozes abjetas ou deslocadas, ecoam cotidianamente em busca de espaço, de local e através de seu lugar de fala.

No decorrer do texto, apresentamos a autoria queers como um conjunto de brados, falas, palavras, rumores, barulhos, justamente por entender que todas as transformações se dão na maioria das vezes pelo processo do caos. Portanto ao nos autorizarmos a existir e resistir, estamos caoticamente mobilizando poderes para romper com os estigmas de (des)pertencimento social.

Portanto, para se ter autoria, precisa-se ter autorização. Estes dois movimentos são distintos e se ajustam a partir do momento que viver se torna parte de um constructo social. Na cibercultura esse corpo se digitaliza, navega, conecta, pluraliza, performatiza e empodera-se. Por mais vozes digitais e autorias LGBTQI+ ciberculturais.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, Jacques. **Para uma Pedagogia Socialista**. Brasília. Editora Plano, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução de Regina Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BUTLER, Judith. Conferência Magna. **I Seminário Queer: cultura e subversões da identidade**. Sesc Vila Mariana, 2015. Disponível em: <https://youtu.be/TyIAeedhKgc>. Acesso em 10 mar. 2021.

BRUNO, Adriana Rocha. A tecedura de redes: a relação dos professores em cursos online e a formação na pesquisa em educação. **Revista Contemporaneidade, Educação e Tecnologia**, vol 1, nº 2, 2012. Disponível em: https://revistacontemporaneidadeeducacaoetecnologia02.files.wordpress.com/2012/04/gupar_2012.pdf. Acesso em 25 jul 2021.

CAMINHA, Tibério; FERREIRA, Dina Maria Machado Andréa Martins. Um Corpo Tecnorgânico Para A Era Da Cibercultura: Efeitos Sobre O Sexo E O Gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Vol.55 no.2 Campinas May/Aug. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132016000200483. Acesso em 4 ago. 2021.

COUTO, E. S. (2013). Corpos modificados: o saudável e o doente na cibercultura. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, pp. 172-186.

CHAUÍ, Marilena. Espaço, tempo, mundo virtual. **Canal Café Filosófico** – Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=4Qj_M6bnE-Y. Acesso em 26 de fevereiro de 2021.

DE LAURETTIS, Teresa. “**A tecnologia do gênero**”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FIGUEIREDO, Eurídice. Desfazendo o Gênero: a teoria queer de Judith Butler. **Revista Criação e Crítica**, USP, São Paulo, n. 20, 2018.

HANCOCK, Jaime Rubio. **Por que os homens deixaram de usar saia, salto alto e peruca?** Edição El País (Brasil). Seção Cultural. 29 jan. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/25/cultura/1516881949_162680.html. Acesso em 10 mar. 2021.

HUNTY, Rita Von. **Gênero e Natureza**. 2018 (5m). Disponível em: <https://youtu.be/vK3koIjeWoc>. Acesso em 12 mar. 2021.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004. 285 p.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n.19, pp.20-28.

LEMO, A. As estruturas antropológicas do ciberespaço. In: **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008

LÉVY, P. **Cibercultura**. SP: Editora 34, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

MARTINS, João Batista. Contribuições epistemológicas da abordagem multirreferencial para a compreensão dos fenômenos educacionais. **Revista Brasileira de Educação**. no.26 Rio de Janeiro May/Aug. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000200007. Acesso em 28 mar. 2021.

PRETTO, Nelson. PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educação. **Revista Brasileira de Educação** [online]. v. 11 n. 31 jan./abr. 2006, pp.19-30.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura** / Edméa Santos. – Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Edméa. **Diário online, cibercultura e pesquisa-formação multirreferencial**. Didática e Prática de Ensino na relação com a Escola ENDIPE-UECE, 2014. Ebook ISBN: 978-85-7826-296-9. Disponível em: <http://www.uece.br/endipe2014/index.php/2015-02-26-14-09-14?limit=5&start=1550>. Acesso em 29 de março de 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

STEPHENS, J. **Language and ideology in children's literature**. New York: Longman Publishing, 1992.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação**. 2020. 185 f. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://www.nuqueer.org/bibliotecadigital>. Acesso em 4 ago. 2021.